

# AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS NA COLÔNIA CAMBARÁ SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Monique Estefania Rossler<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. Luiz Rogério Oliveira da Silva

## RESUMO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo impulsionar a criação de políticas sociais municipais que atendam às necessidades dos agricultores familiares, na Colônia Cambará - Município de Matinhos (Paraná – Brasil), além de conhecer a realidade e quais os recursos mínimos para sua sobrevivência e permanência no campo. Usou – se um instrumento de coleta de dados que foi aplicado aos trabalhadores rurais da região. Residem no Cambará 50 famílias, onde somente cinco famílias são de agricultores familiares, as quais foram entrevistadas. Após a aplicação do projeto de pesquisa ficou claro que é preciso à criação de políticas sociais eficazes que garantam e viabilizem a permanência dessas famílias na agricultura familiar. Evidenciou-se um leve “esquecimento” desta população sobre suas necessidades, visto que as políticas sociais existentes não dão conta das reais necessidades destes usuários, que por ser uma minoria acabam sendo esquecidos. Percebe-se uma falta de integração das políticas existentes e dos órgãos responsáveis pela execução das mesmas.

**Palavras-chave:** Questão social, Políticas Sociais, Agricultura Familiar.

---

<sup>1</sup> Assistente social, pós graduanda em A Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, na UFPR litoral. E-mail: <moniquerossler@bol.com.br>.

## 1. O CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E AGRICULTURA FAMILIAR NA VISÃO DO SERVIÇO SOCIAL

A agricultura familiar e as políticas sociais são o grande desafio. Pensar e criar mecanismos eficazes que, para além de bons programas, se façam executar como são propostos, com os recursos humanos e financeiros que o programa ou projeto prevê.

É no cotidiano da sociedade, a partir da participação social, que as políticas sociais<sup>2</sup> tomam forma e significado. Entretanto, na maioria das vezes, apenas se tornam compensatórias e assistencialistas, pois desde sua essência foram planejadas, não como uma forma de acesso aos direitos sociais, mas como um mero favor. É importante salientar que me refiro às várias políticas sociais da contemporaneidade hoje (saúde, assistência social, previdência, habitação, entre outras).

Cabe trazer como informação significativa que as políticas sociais<sup>3</sup> surgem no Brasil concentradas no meio urbano, diretamente direcionadas à classe trabalhadora formal, por meio de um modelo de desenvolvimento pensado pelo Estado com o objetivo de aumentar a concentração do capital através do processo de transformações no “mundo do trabalho”. Neste sentido, a população rural ficou excluída das políticas sociais, ou seja, relegada a um segundo plano. Entretanto, aos interesses do Estado, a população rural tinha como incumbência criar condições de garantia para a expansão capitalista, através da produção de alimentos para a população urbana (KRAEMER, 2006).

O trabalhador rural no Brasil passa a ter algum direito no ano de 1850, com a Lei da terra, ela determina a legalidade da propriedade rural, conforme a lei 601, de 18 de setembro de 1850 que

---

<sup>2</sup> “Quando falamos de política social, estamos nos referindo àquelas modernas funções do Estado capitalista -imbricado à sociedade - de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania. Trata-se, portanto, de política associada a um padrão de organização social e política que, desde os fins do século XIX e, mais precisamente, depois da Segunda Guerra Mundial, foi distanciando-se dos parâmetros do laissez-faire e do legado das velhas leis contra a pobreza. [...] para transformar-se num esquema de proteção social que incumbe ao Estado decisiva responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos” (PEREIRA, 1998, p. 60).

<sup>3</sup> “No Brasil, a trajetória das políticas sociais teve seu início principalmente na década de 1930, quando os direitos sociais começaram a se legitimar e a questão social (representada pelos problemas sociais advindos do capitalismo), passou a ser tratada como política de Estado, com ênfase à classe trabalhadora” (FREITAS, 2008, p. 53).

Dispõe sobre as terras devolutas<sup>4</sup> no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros(...) Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem Matos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bem feitorias, e de mais sofrerem a pena de dois a seis meses de prisão multa de 100\$, além da satisfação do dano causado (BRASIL, 1850).

A sociedade sofreu nos últimos anos inúmeras transformações, houve vários avanços e conquistas. Pode-se citar a criação da Política da Assistência Social, Política da Saúde, Política da Previdência Social, Política Habitacional, Política Educacional, Política Ambiental, entre outras, todas criadas a partir das inúmeras e significativas necessidades da sociedade. Políticas que têm, ou pelo menos deveriam ter, o papel de garantir os direitos de cada cidadão, visto que o problema também está na forma como são implantadas. Isso perpassa todas as áreas e na área rural não é diferente.

O grande desafio e um dilema no que tange à agricultura familiar é o desenvolvimento rural sustentável<sup>5</sup> atrelado a ele o desenvolvimento econômico e ambiental. É cabível aqui fazer uma breve definição de agricultura familiar, que de acordo com a lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, é:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>6</sup>;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

<sup>4</sup>“São consideradas terras devolutas as que não estavam tendo alguma atividade, ou seja, sem uso municipal, nacional ou provincial, oriundos de posses, sesmarias ou concessões do governo, também aquelas que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo” (Lei 601, 1850).

<sup>5</sup>“O desenvolvimento sustentável é um conceito normativo que envolve compromissos entre objetivos sociais e econômicos abrange perspectivas econômicas, sociais e ecológicas de conservação e mudança. (CAMARGO, 2000).

<sup>6</sup>“Entende-se por módulo fiscal “a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada”(INCRA, 2008).

Em geral, a empresa familiar tem como característica predominante a produção e a administração realizadas pela própria família e nela trabalha diretamente a família, com ou sem auxílio de terceiros, onde predomina que o trabalho predominante é familiar. Vale dizer que a empresa familiar é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho do mesmo, a empresa é ao mesmo tempo produtora e consumidora, de produção e reprodução social.

É importante acrescentar, que segundo Gonçalves e Souza (2005):

Na legislação brasileira traz a definição de propriedade familiar consta no Inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra estabelecido pela lei nº4.504 de 30 de novembro de 1964 com a seguinte redação: propriedade familiar o imóvel que, direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

O que se evidencia na agricultura familiar em geral é uma grande busca pelo desenvolvimento social e econômico, sendo a área social percebível (não entendi) a questão social fica muitas vezes a “serviço” de políticas estilhaçadas reproduzindo preceitos de juízo errôneos sobre a mesma, que vêm sendo enfrentada, principalmente pela classe das Assistentes Sociais que vêm a “pelejar” com os mecanismos totalmente assistencialistas e manipuladores, ocorrendo barreiras na formulação e na execução das políticas na hora de se pensar a proteção social e a garantia de direitos

## **2. LEVANTAMENTO DOS DADOS**

A metodologia inicial consistiu-se de um estudo sobre a agricultura familiar da Colônia Cambará e as políticas sociais existentes e também uma análise desse espaço, procurando entender de que forma as políticas existentes acabam não surtindo efeito. Ou, melhor dizendo, não chegam ao alcance de todos.

Empregou-se como metodologia a pesquisa qualitativa<sup>7</sup> por se entender que, mais do que analisar e buscar dados quantitativos, era preciso conhecer mais aprofundadamente a realidade das famílias dos agricultores. Sendo assim, dados qualitativos exigem uma forma de analisar mais objetiva a abordagem valoriza a subjetividade dos dados, por se tratar da vida de cada sujeito, ou de cada família. Aplicou-se o instrumento de coleta de dados (questionário) aos trabalhadores rurais da região do Cambará, interior da cidade de Matinhos, por meio de entrevista semi-estruturada.

Durante as visitas domiciliares<sup>8</sup>, por meio de coleta de dados foi possível ter uma maior aproximação da realidade em que as famílias do Cambará vivenciam em seu cotidiano e que políticas públicas sociais chegam até esta população. Residem no Cambará um total de cinquenta famílias, destas somente cinco são de agricultores familiares, as quais foram entrevistadas, no total de dezesseis pessoas, sendo seis homens e dez mulheres.

É preciso que o pesquisador tenha um posicionamento crítico da realidade que se apresenta. Portanto conceitua-se o método como: “O método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados.” (FACHIN, 2001, p. 27).

Dessa forma, o método é uma corrente filosófica que permite compreender que os fatos humanos são instituições sociais históricas determinadas pela historicidade, produzidas pelas condições objetivas, pela ação e pelo pensamento humano.

O método que embasou teoricamente a pesquisa foi o dialético crítico, o que se faz fundamental para o bom desenvolvimento do projeto de pesquisa com esta temática, contribuindo para o alcance dos objetivos alcançados, tornando mais presente o caminho a ser cursado e possibilitando um entendimento aprofundado do

---

<sup>7</sup> “Na pesquisa qualitativa todos nos expressamos como sujeitos políticos, o que nos permite afirmar que ela, em si mesma, é um exercício político. Não há nenhuma pesquisa qualitativa que se faça à distancia de uma opção política. Nesse sentido, ela é plena de intencionalidades, busca objetivos explicitamente definidos. No momento em que estabelecemos o desenho da pesquisa, em que buscamos os sujeitos que dela participarão, estamos certamente apoiados em um projeto político singular que se articula a projetos mais amplos e que, em última análise, relaciona-se até mesmo com o projeto de sociedade pelo qual lutamos” (MARTINELLI, 1999, p. 26).

<sup>8</sup> É importante colocar a definição de Visita domiciliar segundo Amaro (2003, p.13) “é a prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar”.

objeto estudo. Optando-se por três das categorias do mesmo: totalidade, historicidade e contradição. Categorias estas importantes por possibilitar uma maior compreensão da totalidade, da base histórica e das contradições da realidade pesquisada.

Este método trabalha a partir do universal concreto. No entanto, entre o universal e o concreto é impossível suprimir a mediação do particular, sua essência, seu conceito, suas relações e isto através da experiência, do contato com o conteúdo. Privilegiando categorias como totalidade, historicidade e contradição busca analisar ou reconstruir o movimento real (Lefebvre *apud* Prates, 2005, p.38)

Tudo está interligado, formando uma rede de relações sócio-históricas e culturais, onde os acontecimentos passados precisam ser resgatados para que se possibilite a compreensão de um contexto maior. Dessa forma, a compreensão da realidade somente acontece quando o pesquisador passa a se apropriar do conhecimento dos fatos vislumbrando possíveis alternativas de mudança que venham ao encontro do cotidiano dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Assim, foi com o conhecimento mais aprofundado da realidade das famílias da Colônia Cambará que se buscou compreender o contexto em que estavam inseridos na sua totalidade.

Só podemos compreender as situações cotidianas aprendendo sua complexidade, através de suas diferentes manifestações, o que requer instrumentos afinados de observação e crítica dos fatos observados. Sob essa perspectiva, uma pesquisa sistemática de situações concretas possibilita ao assistente social a recriação do cotidiano de forma crítica, contribuindo para o acervo de conhecimentos científicos, através da compreensão dos fatos sociais e da elucidação do seu significado, numa dimensão de totalidade por meio da explicação das relações que os homens estabelecem entre si, e deles com o mundo (DINIZ, 1999, p. 51).

A categoria historicidade está ligada à totalidade, por buscar analisar, compreender e investigar a história de vida dos sujeitos e os acontecimentos ocorridos na sociedade que acabam de diversas formas, e em diferentes momentos, repercutindo na vida destes indivíduos. No projeto de pesquisa, a categoria historicidade buscou, através da pesquisa e investigação, compreender um pouco como era há tempos atrás e como se dá atualmente as políticas públicas e o que

melhorou, trazendo o modo de vida dos agricultores familiares da Colônia Cambará e o que produzem, compreendo de que forma se garante o acesso as políticas públicas.

A categoria contradição se apresenta através da correlação de forças, mais precisamente no cotidiano das pessoas. Para Martinelli (2000, p. 52): “O signo da contradição, do antagonismo e da desigualdade, encravado no cerne do capitalismo, não cessava de se manifestar nunca, até porque se trata de um regime que se alimenta dessas condições.”

Contradição que se torna visível, quando o agricultor desenvolve sua atividade de produção de alimentos, investindo financeiramente e ao final deste processo mesmo que sua produção tenha rendido, pouco é o retorno em termos financeiros, pois não foi pago um preço justo pelo resultado final de seu trabalho. Neste sentido, é contraditório porque se investe e se trabalha muito ao passo que o retorno se torna pouco.

No desenvolvimento existem elementos chamados *contrários*. Estes, no processo de transformação, são *opostos*. Mas não podem existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Não é possível, por exemplo, conceber a existência da burguesia sem a presença do proletariado. E, por outro lado, todos sabemos que essa classe social privilegiada é proprietária dos meios de produção. Os opostos estão em *interação* permanente. Isto é o que constitui a *contradição*, ou seja, a *luta* dos contrários. Dessa maneira, a contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos (TRIVIÑOS, 1987, p. 69).

A categoria contradição, torna-se imprescindível ao constituir-se como parte do desenvolvimento humano e social, pois muitas das conquistas societárias surgiram da insatisfação de uma classe sobre a outra, ou seja, dos explorados contra os exploradores. Assim, ao se tornar presente na luta da burguesia contra proletariado, provoca mudanças e transformações na sociedade que somente são possíveis, quando as idéias se tornam contrárias a determinado fato ou situação e se tenta fazer diferente a partir do que se acredita.

É de fundamental importância o embasamento teórico para conhecer e compreender a realidade. Sendo necessário que se tenha comprometimento ético, empenho, persistência, curiosidade e força de vontade no sentido de a pesquisa ser utilizada como instrumento de mudança e transformação. Espera-se que os resultados obtidos no final deste trabalho possam retornar para os sujeitos que

participaram da pesquisa, pois todo estudo por mais que tenha caráter científico sempre acabará envolvendo a sociedade, principalmente porque o Serviço Social se gesta na realidade das pessoas e procura trabalhar para que a solução dos problemas seja encontrada, para que os sujeitos se fortaleçam enquanto cidadãos de direitos e busquem a efetivação dos mesmos.

### **3. CONTEXTUALIZANDO A COLÔNIA DO CAMBARÁ**

A região da Colônia Cambará está situada ao final da planície litorânea, localizada na extremidade noroeste do Município de Matinhos, na zona rural, a única do Município, sendo cortada pela rodovia PR-508 (Rodovia Alexandra-Matinhos). A maior parte de sua área está inserida na APA (Área de Proteção Ambiental) de Guaratuba sendo, também, entorno direto do Parque Nacional Saint Hilaire/Lange.

Os tipos de solo existentes são os cambissolos argilosos, álicos e pouco permeáveis nas porções de piemonte (início de serra) tornando-os suscetíveis à erosão, já na região em contato com a planície litorânea ocorrem os solos hidromórficos sujeitos à inundação periódica. Possuem pouca aptidão agrícola, sendo que os mais férteis são encontrados nas áreas de encostas de morros ou próximas destas. São ambientalmente frágeis devido ao ecossistema em que estão inseridos, composto por Floresta Ombrófila Densa. (IAP, 2003).

As atividades agrícolas de hortaliças, banana, mandioca e verduras são encontradas em pequenas propriedades de agricultores familiares, onde ocorrem pequenas plantações. Essa região situa-se a aproximadamente 10 km de Matinhos. Na Colônia Cambará residem aproximadamente cinqüenta famílias com um total de cento e oitenta e oito pessoas, com cinqüenta domicílios (casas).

Com relação às cinco famílias entrevistadas constatamos que as residências das cinco famílias entrevistadas são de alvenaria, domicílios próprios, sendo um apenas cedido.

Constatou-se ainda, que das cinco famílias entrevistadas três são beneficiárias do Programa Bolsa Família. As agricultoras cujas famílias estão cadastradas no programa trazem em suas falas que quando necessitam atualizar seus cadastros procuram a secretaria municipal de assistência social de Matinhos, também relataram que realizaram seus cadastros no programa Cesta Vida da



prefeitura municipal, programa este que tem por objetivo a distribuição de cestas básicas às famílias carentes do município.

Em Matinhos costuma acontecer uma Feira de produtos coloniais orgânicos, denominada MatinFeira , ocorre nas quartas feiras no centro da cidade frente ao mar ao lado do mercado dos pescadores. Os agricultores familiares da Colônia Cambará não participam da Matinfeira de Matinhos, alguns em virtude da distância, pois não possuem como deslocar a produção, outros não têm interesse mesmo, acabam vendendo seus produtos dentro da Colônia Cambará. Produzindo alimentos de origem animal, vegetal, tais como: banana, doces (produzidos a partir da banana), mandioca, verduras, ovos, hortaliças, carnes de aves e suínos.

Quando questionados quanto à renda familiar, observou-se as famílias através suas várias atividades desenvolvidas na propriedade. Grande parte dos entrevistados teve dificuldades em responder esta questão, porque produzem vários produtos dentro da propriedade familiar, existindo algumas variações nos preços devido à queda ou aumento nos preços, além da quantidade de produtos produzidos que varia de acordo com as variações climática do tempo. Como tem feito nos últimos anos invernos chuvoso e verões secos que interferem na produção, sem falar na lei de oferta e procura. Portanto se torna impreciso se ter esse dado exato.

Os entrevistados indicaram a renda mensal composta principalmente pela aposentadoria e a bolsa família que se configura num valor exato. Nesse contexto, o total mensal definido pelos entrevistados ficou em três famílias com renda entre um e dois salários mínimo e três salários para duas famílias. É importante acrescentar que existe uma parcela de mulheres que trabalha fora da propriedade para aumentar a renda familiar, trabalhando muitas vezes como diarista na cidade de Matinhos.

O abastecimento de água é feito através de poços semi artesianos, ou diretamente de nascentes da serra, não existindo controle de qualidade da água ingerida. Quanto aos esgotos domiciliares, as maiorias das casas possuem fossa. O abastecimento de luz é realizado pela Copel.

Embora seja pequena a distância entre a comunidade e o centro urbano, não existe transporte coletivo regular entre a localidade e Matinhos. A população tem que se valer do transporte intermunicipal na linha que liga Paranaguá a Guaratuba, em linhas diárias, e em três horários que permitem a parada na PR 508, no local de acesso à Colônia, numa distância média de um km entre o ponto de parada e as residências.

Com relação a suas faixas etárias, pôde-se verificar que existem cinco pessoas entre zero e dezessete anos, e duas pessoas entre dezoito anos e trinta anos, e cinco pessoas entre trinta e um anos e cinqüenta anos e quatro pessoas entre cinqüenta e um anos e setenta anos de idade.

Mesmo com todos os problemas que a saúde brasileira apresenta nos dias de hoje, seja ela ora, pela precariedade do Sistema Único de Saúde, ora pela dificuldade de acesso da população a esse sistema, a população do Cambará se diz satisfeita com os serviços da área da saúde. Quando questionados, todos responderam de forma positiva colocando que recebem com freqüência a visita da agente comunitária de saúde o do programa Estratégia da Família, da Secretaria Municipal de Saúde de Matinhos, a mesma agenda exames, faz verificação de pressão arterial, também faz encaminhamentos para o Posto de Saúde do bairro do Sertãozinho, uma vez que não há Posto de Saúde na área rural.

Quanto ao nível de escolaridade doze pessoas não concluíram, ou estão cursando o Ensino Fundamental, uma pessoa conclui o Ensino Fundamental, uma pessoa possui Ensino Superior Completo, uma pessoa esta cursando o Ensino Superior e uma ainda não está em idade escolar. Pode-se perceber claramente o Ensino Fundamental incompleto é o que mais se observa nas pessoas que residem no Cambará.

A baixa escolaridade é um dado que chama atenção, associado a ele é percebível uma série de questões que desencadeiam a desigualdade e também a falta de acesso aos direitos e até mesmo um sentimento por parte dos usuários de não pertencimento àquele espaço sócio ocupacional. No que diz respeito à educação, observa-se que muitos não concluíram o ensino fundamental. No nosso sistema de educação urbano a população do campo foi adequada a esse sistema, essa adequação provocou o fim das escolas do campo, trazendo os alunos da zona rural para o meio urbano para estudarem.

É fato que muitos sofreram com isso e desistiram de estudar, pois saíram de sua realidade e do seu convívio social do meio dos seus, perderam a sua identidade social. “A escola, a capela, o lugar, a terra são componentes de sua identidade. Terra, escola, lugar. São mais do que terra, escola, ou lugar. São espaços e símbolos de identidade e de cultura”. (ARROYO, 2007, p. 163)

Nesse meio os sujeitos sentem-se pertencentes, com sua identidade preservada e suas origens, que não foram atribuídas e sim conquistadas desde seus antepassados.

[...] estudar relações e fatos cotidianos implica estabelecer reciprocidades e implicações entre as situações envolvidas. A cotidianidade que se instaura hoje, sobretudo no meio rural e na unidade familiar, não pode mais ser concebida desvinculadamente, sem uma relação estreita com as formas de organização e de existência da sociedade. (TEDESCO, 1999, p.27)

Neste contexto, ao analisar o meio no qual residem os agricultores do Cambará, foi possível perceber a falta de um campo de futebol, de uma igreja, de algum espaço de encontro de lazer.

É possível se perceber através dessas características a seriedade com que deve ser analisada, no que tange ao acesso as políticas públicas. No mesmo instante em que se observam as dificuldades, torna-se gritante aos olhos a falta de um trabalho mais ativo no meio rural. Pensar em políticas públicas sociais, hoje, implica em refletir e entender o sujeito na sua totalidade, para que realmente, elas venham a atender suas necessidades e garantam seus direitos enquanto cidadãos.

#### **4. OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS POSTAS**

Ao Serviço Social cabe o desafio de não apenas analisar, mas de intervir nas expressões da questão social, entendido como seu objeto privilegiado de trabalho, sendo o “conjunto de expressões das desigualdades sociais, econômicas, políticas, pois impressas pelas diversas disparidades das relações de gênero, raça, classe social” (WÜNSCH, 2003, p.29). Ao identificar e contextualizar o objeto é possível iniciar o processo de trabalho. Dessa forma, a partir de investigação das expressões das desigualdades presentes na sociedade, passa-se a identificar o objeto a ser trabalhado consecutivamente ocorrerá mudanças necessárias numa perspectiva de inclusão social. O objeto de investigação e intervenção social é mediado por processos sociais onde estão presentes a correlação de forças, lutas de poderes somados com jogo de poder burocrático com pressões e submissão dos usuários ao sistema, mas também pode-se visualizá-lo numa perspectiva de integração social, e o produto é o resultado da ação profissional.

O Serviço Social trabalha na busca de transformações da realidade vivenciada pela população que sofre as conseqüências do desemprego, a falta de habitação, dificuldades de prover alimentos, energia elétrica, água, entre outras expressões da questão social<sup>9</sup>. A busca pelo desvendamento da realidade social, econômica, política e cultural possibilita criar estratégias de enfrentamento à falta de políticas públicas para a agricultura familiar.

Assim sendo, para que ocorra o processo de intervenção, é indispensável que se reconheça que para enfrentar e superar as diferentes formas de expressões da questão social é necessário mobilizar o desenvolvimento social estimulando, assim, a autonomia dos sujeitos imbricados neste contexto, neste caso as famílias de agricultores familiares. Equivalente a isto, é inevitável aceitar que os fenômenos sociais são multicausais e somente podem ser explicados a partir da totalidade em que se insere, através de sucessivas aproximações e do desvendamento de suas contradições (PRATES, 2006).

Na sociedade capitalista, o atendimento às necessidades básicas da classe trabalhadora é proveniente dos seus rendimentos e salário. E o preço pago pelo trabalho desenvolvido é determinado considerando, segundo Iamamoto e Carvalho (2004, p. 98), “o mínimo indispensável para cobrir as necessidades básicas”, contudo, esse está atrelado ao crescimento econômico de lucratividade e não de vida digna.

Frente a isso, é necessário que as necessidades básicas sejam percebidas como uma garantia de direitos a toda a população. Mas para tal é preciso que a Política de Assistência Social seja respeitada e executada em sua íntegra. Segundo Iamamoto “(...) as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à Questão Social” (2003, p. 58).

Na busca de melhorias no atendimento às necessidades básicas percebe-se a fundamental importância do trabalho do Assistente Social para o fortalecimento da participação dos usuários nos espaços de controle social na gestão compartilhada das políticas sociais, que garantam a integralidade individual, familiar e conseqüentemente social no sentido de consolidar as políticas emancipatórias e de

---

<sup>9</sup> É importante trazer uma definição de questão social, Iamamoto (2001, p. 27) define a questão social como: [...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

desenvolvimento humano. O processo de organização social surge da conscientização que se expressa em ações coletivas. Elas devem ser articuladas de forma consciente enquanto força social, com objetivos claros e definidos pelos usuários.

Nessa perspectiva, a família não pode, portanto, ser vista de forma isolada, mas como um todo, um conjunto que faz parte de uma sociedade repleta de contradições e mudanças.

É preciso ser cooperativo e não somente competente para atender às diferentes demandas que se apresentam no cotidiano das políticas sociais, criando habilidades e estratégias ligadas diretamente às necessidades que emergem da população, para legitimar a garantia dos direitos ao usuário, tendo resultados positivos na busca da autonomia e da cidadania da população do usuário. Estas políticas precisam ser dessa forma, as políticas sociais existentes não têm promovido colaboram para a autonomia do usuário, pelo contrário, torna-o dependente de um sistema clientelista<sup>10</sup> caracterizado por Couto:

Repetiam-se, assim, programas de forte apelo popular, de cunho pontual, buscando sempre a legitimidade dos mesmos (...) muitas foram as disputas para que esse princípio de universalidade fosse alterados, sempre invocando a insuficiência de recursos para aplicá-lo e a necessidade da focalização de atendimento nas populações mais pobres, visando a racionalidade dessa aplicação (...) (COUTO, 2006, p.153).

Projetos que não visam libertar os usuários do assistencialismo não contribuem, portanto para a emancipação, pois, no campo assistencial, Couto (2006, p..165) afirma que o “caráter assistencialista traduz-se pela ajuda aos necessitados”. A emancipação do sujeito perpassa o acesso às Políticas Sociais, as quais disponibilizam ao cidadão atendimento às necessidades básicas, contrapondo-se à “ação compensatória”, de “política de conveniências eleitorais e pelo clientelismo” para uma vida digna, confirmando o que neste sentido, preconiza a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), no Capítulo I Das Definições e dos Objetivos, Artigo 1 , com relação à garantia de Direitos:

---

<sup>10</sup> O clientelismo, Segundo Faleiros (1997, p.51) se caracteriza por uma forma de espoliação do próprio direito do trabalhador de ter um acesso igual aos beneficiários sociais, pela indeterminação de um distribuidor que se apossa dos recursos ou dos processos de consegui-los, trocados em forma de obrigação que se tornam débitos da população.

Art.1 Assistência social, direito do cidadão e dever do Estado é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Sendo assim, é imperativa a elaboração e execução de projetos com ações que busquem o fortalecimento de sujeito, para assim articular os direitos sociais levando ao atendimento das necessidades básicas do sujeito.

Segundo os artigos 1º e 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a Assistência Social compreende um dever do Estado e direito dos cidadãos, garantindo a provisão de necessidades básicas através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil objetivando a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, e aos portadores de deficiência e à promoção de sua vida comunitária.

A política institucional da Assistência Social é ordenada pelo plano pluri-anual, que é constituído por programas e projetos de responsabilidade municipal e em parcerias com outras Instituições que objetivam o atendimento de demandas específicas a cada programa ou projeto, em sua maioria as ações são voltadas a questões mais emergenciais e casos de maior vulnerabilidade. Com o intuito de atender os usuários de acordo com suas necessidades, dentro das possibilidades que dispõe, respeitando - o como cidadão, mantendo a postura ética-política e social, visando que o usuário supere a condição de vulnerabilidade.

## **5. PROBLEMAS ENFRENTADOS NO CAMPO E O QUE VEM SENDO FEITO**

Cabe salientar que algumas medidas na esfera do governo federal vêm sendo tomadas para o fortalecimento do pequeno agricultor. Embora haja dificuldades, o trabalho do setor agrícola evoluiu, e algumas alternativas, como as agroindústrias familiares<sup>11</sup>, possibilitaram a fabricação e a comercialização de produtos feitos pelos agricultores familiares, constituindo-se em renda e incentivo para continuar trabalhando no campo.

---

<sup>11</sup> "A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa ou transforma parte de sua produção agrícola ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização" (MIOR, 2005, p. 191).

É importante acrescentar que existem inúmeros programas e projetos em nível de governo Federal e Estadual de incentivo à agricultura familiar. Um bom exemplo de programa do Governo Federal, é o PAA (programa de Aquisição de Alimentos), no qual os alimentos são oriundos diretamente da agricultura familiar, os Municípios compraram para usar na merenda escolar, nos hospitais entre outros. Destacam-se também “o programa Mais Alimentos, Selo da Agricultura Familiar, Crédito Rural, Biodisel, entre outros” (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Quando se fala em programas para agricultura familiar do governo do Paraná, logo se faz uma relação com o programa Leite das Crianças, que além de ser destinado à diminuição da desnutrição das crianças entre 6 a 36 meses de idade, o mesmo é enriquecido com ferro e vitaminas A e D. De acordo com a SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento) “O Programa também tem como princípio fomentar o desenvolvimento das cadeias locais e regionais do leite, a partir do poder de compra gerado diariamente para atender as demandas do programa”, na cidade de Morretes ocorre a compra do leite de agricultores familiares, os quais compraram equipamentos para o armazenamento dos produtos em forma de cooperativa, o leite é comprado pelo governo do Paraná e distribuído em todo o estado. É importante salientar que existem também os programas Turismo Rural, Irrigação Noturna, Bioenergia, todos garantem o desenvolvimento social e econômico das famílias no campo.

No entanto, nada vem sendo feito para garantir a permanência dos agricultores na terra, ora por ser uma pequena parcela da população que tira da agricultura familiar sua principal fonte de renda, ora por não fazer nenhum grande movimento na economia municipal, evidencia-se um descaso, verifica-se a importância de uma visão voltada não apenas à questão da agricultura em si mesma, ressaltando que o sujeito, para garantir sua cidadania, não precisa apenas de terra, mas de um conjunto de direitos assegurados.

Porém, ainda que existam recursos como linhas de crédito e seguro agrícola, se presenciam a falta de políticas públicas eficazes e que venham a responder satisfatoriamente os problemas pelos quais a agricultura passa. Um exemplo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é um programa de crédito agrícola financeiro, cujo objetivo é destinar recursos para a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável através da valorização do ser humano e dos recursos naturais (CECCONELLO, 2006).

No entanto, este programa não se mostra totalmente eficaz por ser seletivo, existe uma enorme burocracia para inserção, exigindo do pequeno agricultor inúmeros documentos, tais como: ADAP (Declaração de aptidão ao PRONAF), Projeto; um mapa da área, além da escritura da terra para o financiamento. A documentação varia de acordo com a linha de crédito que é desejada, percebe-se a dificuldade do produtor em conseguir juntar toda essa documentação, muitas vezes o mesmo é leigo no assunto e nem sempre possui o ensino fundamental completo, deste modo nem todos os agricultores são beneficiados com o mesmo.

No que diz respeito à assistência Técnica os agricultores entrevistados informaram que recebem algumas orientações do Engenheiro Agrônomo da Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) que realiza algumas visitas às propriedades, inclusive os convidando para reuniões. A Emater é o único órgão de apoio e incentivo aos agricultores familiares, pois os mesmos não possuem sindicato no município que os represente. De acordo com a EMATER a sua missão é de "promover o desenvolvimento rural sustentável, com a visão de ser reconhecida como instituição essencial ao desenvolvimento rural sustentável."

Acredito que seja papel também da Secretaria Municipal de Meio Ambiente dar assistência aos produtores rurais, além de desenvolver e implementar projetos e programas que visem à garantia da agricultura familiar, prestar orientações sob a correta utilização de adubos e incentivar alternativas naturais, praticar a política de meio ambiente no município, desenvolver projetos de recuperação da mata ciliar, de rios e mananciais poluídos, verificar a adequação às normas ambientais. De acordo com as falas dos agricultores a única orientação que recebem, embora nem sempre ocorra, é por parte da Emater.

Em conversa com as famílias percebe-se que há falta de conhecimento dos seus direitos enquanto cidadão falta informação, e até mesmo, no que diz respeito ao serviço social, o profissional poderia atuar como mediador de programas e projetos, trabalhando em grupos com mulheres, famílias, por exemplo, trazendo a elas informação sobre o que acontece, sobre como podem acessar seus direitos.

Mesmo que a amostra do projeto de pesquisa seja pequeno, ou seja, existem cinco famílias de agricultores familiares na pequena região rural do Município de Matinhos, buscou - se entender a realidade vivenciada pelos mesmo e dar ênfase a esta parcela da população, pois, ela existe e precisa de uma forma ou de outra ser atendida, é direito legitimado e deve ser garantido.



Neste sentido, deve-se lembrar que todas as grandes conquistas e direitos postos em prática na sociedade brasileira foram conseguidos através de lutas e mobilizações que partiram de movimentos ligados à sociedade civil, que cobrou de seus representantes a concretização de seus direitos mostrando sua insatisfação perante as injustiças vividas.

Verifica-se que não há uma política pública específica que venha vá ao encontro dos os problemas vividos pelos agricultores, muito menos espaços de discussão para que eles possam reivindicar que os representem frente à administração pública que reivindique seus direitos.

Assim, lutar em prol da concretização dos direitos na sociedade atual é algo que exige o uso de estratégias e o engajamento da sociedade no intuito de saber cobrar por atitudes condizentes com a realidade, considerando-se as diversas desigualdades sociais. Para tanto, se faz necessário ir contra a proposta neoliberal<sup>12</sup> que se coloca totalmente contrária à construção da cidadania e de uma sociedade autônoma de seus direitos.

Na verdade, é algo que exige interesse dos representantes governamentais e a mobilização das diversas representações sociais, com o objetivo de reivindicar por seus direitos políticos, civis e sociais. E é dever do Assistente Social levar ao alcance da população as informações, democratizar, tornando-as acessíveis a todos.

Essa tarefa por si só não se concretiza, portanto deve-se iniciar este processo de mudança social, em meio ao povo, que deve utilizar de uma de suas maiores ferramentas de mudança: o poder do voto consciente e convicto, sem se deixar manipular e iludir. Porém, esta também não se configura como uma tarefa fácil, pois envolve aspectos enraizados na vida das pessoas como a educação, a cultura, a falta de consciência crítica e a condição de desigualdade que expõe os sujeitos às inúmeras mazelas sociais.

---

<sup>12</sup> [...] Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder contraditoriamente conclama-se, sob inspiração liberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

Percebe-se que muito trabalho pode ser feito com as famílias no meio rural, tais como: no fortalecimento do sistema de garantia de direitos, melhorias na saúde, na habitação, previdência social, educação e meio ambiente. Visto que, ao se conhecer melhor a realidade das famílias, constata-se que convivem com problemas e que, portanto, não basta apenas morar no meio rural para se ter uma “melhor qualidade de vida”, respirando ar puro e se alimentando de produtos naturais. Engana-se quem pensa desta forma, pois neste local as pessoas também sofrem com os impactos negativos ocasionados pelo modelo de produtividade capitalista.

Assim, além de políticas públicas que garantam os direitos dos agricultores familiares, é necessária a sua mobilização, através dos Sindicatos, das Cooperativas e demais segmentos como representantes políticos para reivindicar tais direitos.

## **6. OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS, MEIO AMBIENTE E O SERVIÇO SOCIAL**

Neste contexto cabe dizer que os avanços tecnológicos que os agricultores do Cambará usufruem são insatisfatórios. Percebe-se aqui a predominância do trabalho braçal, do esforço físico, o mesmo é realizado pela própria família.

Outro fator importante a ser apresentado se relaciona à adubação: a resposta foi contundente, a maioria dos agricultores usa adubos orgânicos, produzidos ali mesmo na propriedade. Salienta-se que os agricultores demonstraram ter uma preocupação com o meio ambiente, inclusive com a separação do lixo entre seco e orgânico, o lixo seco é recolhido semanalmente pelo caminhão do lixo da prefeitura municipal. Muitos agricultores ocupam o lixo orgânico como adubo.

Acredita-se que se deve fomentar a criação de políticas públicas nos municípios que sejam eficientes, com um quadro de profissionais (assistentes sociais, psicólogos, gestores ambientais, técnico agrícola, entre outros) dispostos a atuar na realidade social a fim de contribuir com os indivíduos envolvidos. Trata-se de estimular ações que promovam uma autonomia, uma mudança social na forma de olhar a agricultura familiar, a fim de desenvolver, através de políticas sociais, novas práticas de produção voltadas a favor do meio ambiente, enfocando o comprometimento de todos, não somente dos agricultores.

O Serviço Social tem a função primordial de trabalhar a educação ambiental, juntamente com os demais órgãos ambientais e outros profissionais como

engenheiros florestais, biólogos, professores, entre outros, como forma de levar conhecimento e despertar para a consciência ambiental, não somente da população, mas nos responsáveis pelo poder público municipal. E que estes possam firmar parcerias e pleitear recursos para a construção e implementação de programas e projetos voltados à questão socioambiental.

Dessa forma, os assistentes sociais através de sua lei de regulamentação da profissão têm como função:

Art.4º.Constituem competência do assistente social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II – elaborar, coordenar e executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV – (VETADO); V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI – realizar estudos socio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 2005, p. 12-13).

A partir de todas estas competências, o Assistente Social deve procurar colocá-las em prática e adequá-las ao campo de trabalho em que for atuar. Seja ao fazer um estudo da realidade, elaborar, coordenar e implementar programas e projetos, prestar assessoria, por exemplo, na área ambiental, estudos sociais e econômicos, enfim, todas estas atribuições poderão e devem estar presentes num trabalho socioambiental

Sendo assim, o Serviço Social tem como papel:

[...] Sensibilizar os diferentes atores sociais locais em relação à problemática do meio ambiente, articulando e coordenando grupos em torno de propostas específicas de respeito por todas as espécies vivas e de busca da harmonia com a natureza, de melhoria ambiental de modo a manter a higiene e a conservação do território habitacional e obter um melhor aproveitamento dos recursos. [...] Gerar organizações de base para a gestão local, apoiando as tarefas dos municípios em matéria ambiental, desenvolvendo propostas de formação e capacitação destinadas a prevenir os problemas ambientais e manter seu meio ambiente em boas condições, assim como, deter, e sempre que possível reparar, os danos causados. O desenvolvimento deve ser compatível com a satisfação de necessidades da população, com a preservação e valorização dos recursos e do meio ambiente da sociedade, uma vez que a vida é o valor de que todos deveremos cuidar (KISNERMAN, 1998, *apud* AGUAYO; GARCÍA, 2005, p. 68)<sup>13</sup>.

Percebe-se que a tarefa do Serviço Social não é das mais fáceis dentro deste campo e que os resultados não serão imediatos, pois uma das questões a ser trabalhada diz respeito ao despertar da consciência sobre os diversos problemas ambientais e sociais. Acredita-se que seja algo complexo por envolver práticas e conceitos já enraizados na sociedade e, portanto, podem levar um bom tempo para serem vistos a partir de um olhar mais apurado e complexo da realidade ambiental.

O trabalho do assistente social deve ser desenvolvido através de suas competências técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-político tendo sempre como ponto de partida o conhecimento da realidade procurando contemplar o planejamento e o desenvolvimento de práticas coletivas.

A competência técnico-operativa é importante nesse processo, pois o assistente social deve se utilizar de instrumentos como visitas domiciliares, relatórios, estudos da realidade, elaboração de projetos, entre outros, para saber identificar as demandas sócio ambientais, além de ter clareza do que se pretende trabalhar, ou seja, o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer.

[...] A maneira como o profissional utiliza os instrumentos e técnicas historicamente reconhecidos na profissão encontra-se referenciada pelas expectativas que sustentam suas ações. Em outras palavras: o Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conforma um “modo de operar”, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional (GUERRA, 1995, p. 203).

---

<sup>13</sup> KISNERMAM, Natalio. “La construcción del trabajo social”. En: Pensar el trabajo social. Una introducción desde el construccionismo. Buenos Aires: Lumen, 1988.

Assim, dentro da competência técnica-operativa os resultados do trabalho vão depender da forma como os instrumentos forem utilizados pelo assistente social. Portanto, é imprescindível que este profissional tenha muita segurança e clareza sobre o que está fazendo, bem como na maneira como relaciona sua prática cotidiana, ao projeto ético-político.

O assistente social deve empregar também em seu trabalho um posicionamento ético-político que venha ao encontro dos valores e princípios que norteiam a profissão.

Entendemos que tanto na formação como no exercício profissional a discussão da ética deve estar presente permanentemente. Isto porque é pela reflexão dos fundamentos filosóficos que definimos o agir profissional, assim como pela dimensão da questão política da profissão que determina o seu exercício (FELIZARDO; LOPES; OLIVEIRA, 2003, p. 24).

Neste sentido, o projeto ético-político da profissão deve estar calcado em um planejamento e uma prática condizente com a proposta do Serviço Social, qual seja de construção da cidadania e fortalecimento dos sujeitos através de alternativas e ações éticas e reveladoras da realidade.

Assim, também a competência teórico-metodológica deve estar presente na prática cotidiana do assistente social, se faz necessária a apropriação do conhecimento com embasamento teórico para desvelar a realidade.

Por fim, ambicioso foi o objetivo do projeto de pesquisa, sendo que o universo estudado ficou restrito aos estudos teóricos e aplicação do questionário aos agricultores familiares, pois as autoridades ligadas ao segmento inúmeras vezes procuradas para responder um segundo questionário não deram retorno, as ligações telefônicas, aos inúmeros emails enviados, esse questionário por sua vez buscava entender afinal o que vêm sendo feito dentro da esfera municipal para garantir às políticas públicas ligadas a agricultura familiar.

Dessa forma, muitos foram os questionamentos e poucas foram as respostas encontradas, todavia, acredito que as reflexões são válidas apesar disto, pois apenas através delas podem-se pensar as práticas e criar formas de atuação mais eficientes que venham ao encontro das necessidades dos agricultores familiares do Cambará.

## REFERÊNCIAS

AGUAYO, Inmaculada Herranz; GARCÍA, Luis Miguel Rondon. **O meio ambiente como fator de desenvolvimento**: uma perspectiva a partir do Serviço Social. In: AGUADO, Octavio Vázquez; GÓMEZ, J. Andrés Dominguez, PÉREZ, Alejandro Gaona (Orgs.). Serviço Social e meio ambiente. São Paulo: Cortez, 2005.

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: Guia para abordagem complexa/Sarita Amaro.- Porto Alegre: AGE, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de Formação de Educadores (AS) do Campo**. Cad. cedes, Campinas, vol.27, n. 72, p. 157 – 176 maio/ago. 2007 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em:

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. Congresso. Presidência. **Lei de Regulamentação da Profissão**: Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. In: Coletânea de Leis: Porto Alegre: CRESS, 2005.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006.

BRASIL. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Lei nº601, 18 de setembro de 1850

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável**: Dimensões e Desafios. São Paulo: Papyrus, 2003.

CECCONELLO, René; CONTI, Irio Luiz, PIES, Marcelino (Orgs). **Introdução**. In: CECCONELLO, René; CONTI, Irio Luiz, PIES, Marcelino. Agricultura familiar: caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

DINIZ, Tânia Maria Ramos Godá. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em Serviço Social. In:MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999, p.41-58.

EMATER. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Identidade Organizacional, Definições realizadas e adotadas durante o Encontro Estadual de Funcionários de Foz do Iguaçu dezembro de 2009.** Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>> Acesso em 21 out. 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da Metodologia.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social.** 9.ed., São Paulo: Cortez, 1997.

FELIZARDO, Lúcia Zelinda Zanella; OLIVEIRA, Jairo da Luz, LOPES, Maria Suzete Muller. **Ética Profissional.** Canoas: Ed. ULBRA, 2003. (cadernos universitários, n.87)

FREITAS, Liana Ferreira. **A Problemática do Papel do Estado e da Sociedade Civil como Pano de Fundo para Desvendar a Atuação dos Assistentes Sociais nas ONGs.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação/Curso Serviço Social-Universidade Luterana do Brasil, Carazinho, 2008.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar: limites do conceito evolução do crédito.** Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em 13 de Julho de 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marildo Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológico.** 16.ed., São Paulo: Cortez, 2004.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Perguntas frequentes. O que é módulo fiscal?** Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76:o-que-e-modulo-fiscal&catid=52:faqincra&Itemid=83](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=76:o-que-e-modulo-fiscal&catid=52:faqincra&Itemid=83)> Acesso em 20 out. 2010

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.** Governo do Estado do Paraná, SEMA, IAP, Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas. 261 p., 2003.

KRAEMER, Luciane. **A Assistência Social e a população rural na região da produção do RS: A (in) visibilidade como condicionante da garantia de acesso.** Porto Alegre: PUCRS, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6.ed., São Paulo: Cortez, 2000.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Programas. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/#>>  
Acesso em: 23 jun. 2010.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

PRATES, Cruz Jane. **Polígrafo Didático de Pesquisa Social**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PRATES, Jane ET AL. **Curso de capacitação sobre processo de trabalho**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Serviço Social; Governo do Rio Grande do Sul; Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Porto Alegre: 2006.

PEREIRA, Potyara A. P.. A Política Social no Contexto da Seguridade Social e do Welfare State. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Ed. Cortez, ano XIX, n.56, 60, março, 1998.

SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – **Programas**. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/>>  
Acesso em: 23 jun.2010.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WÜNSCH, Dolores Sanches (org.) **Processo de Trabalho do Serviço Social I**. Caderno Universitário n 076. ULBRA. Canoas, 2003.